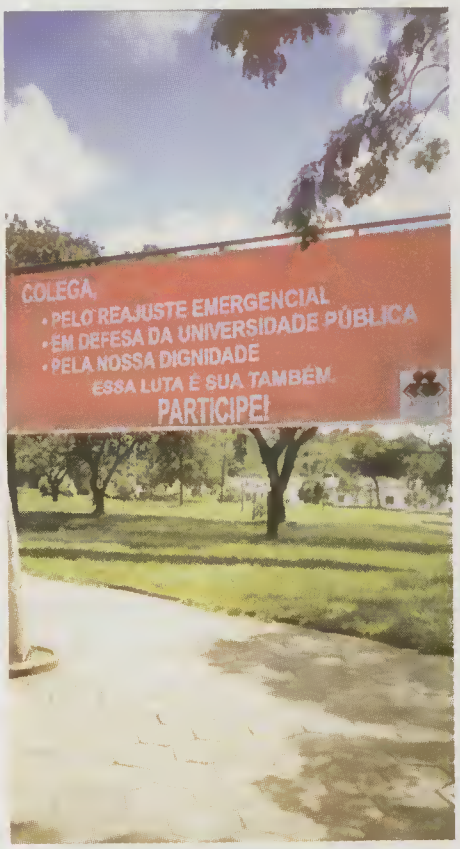
Confira o Balancete da Greve/98
pág.04

BOLETIM
Nº 2 AGOSTO DE 1998
APUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

Greve rompe apatia do Movimento Docente







Professores participam das diversas atividades do movimento grevista.

EDITORIAL

É preciso manter a mobilização

Ao retornar as atividades acadêmicas, voltamos ao cotidiano. Deixamos para trás, uma etapa de luta marcada por um turbilhão de eventos e emoções sobre a qual refletimos neste boletim. O intuito é fazer um balanço, olhar para o subjetivo daquele momento com um pouco mais de objetividade e não perder de vista a necessidade de nos mantermos mobilizados, buscando concretizar no cotidiano a Universidade que queremos.

Se a greve nacional e a da UFMG já nos parece coisa do passado, em nossa memória ela permanecerá, pois a luta que mantivemos foi levada com responsabilidade, sem deixar de lado a alegria e o entusiasmo que marcaram nossas manifestações. O espírito de luta que demonstramos nos surpreendeu e, com esse mesmo espírito, levamos também à sociedade a justeza de nossas reivindicações.

Foi com orgulho e disposição que a Diretoria da APUBH, juntamente com os colegas que participaram do Comando Local de Greve, conduziu o movimento. A nossa greve, além do significado que teve para o Movimento Docente na UFMG, marcou a atuação da diretoria da APUBH como sua grande e principal atividade em um verdadeiro batismo de fogo. Proporcionou-nos, também, o espaço para o encontro de nossa entidade com a sua base para tratarmos, coletivamente, dos problemas que vivemos.

Fomos à luta, reconhecendo que nosso adversário era forte. E, no desfecho, o habitual aconteceu: o governo puxou o tapete de quem colocou-se sobre ele, ou seja, de quem obteve algum ganho fora de sua expectativa - o decreto presidencial nº 2.668 que regulamentou a GED é o exemplo daquilo que este governo representa.

A avaliação das atividades docentes proposta pela Lei da GED não atende às nossas aspirações. Sabemos que a continuidade de negociação não será tarefa fácil e devemos estar atentos a qualquer ato de autoritarismo ou arbitrariedade que venha a ser praticado pelo governo nesta etapa.

A memória da força redescoberta durante a greve deve nos nortear neste momento, onde o cotidiano impera, para manter a mobilização, a disposição e a perspectiva de que assim como a aprendizagem é eterna, assim também é a luta.

A GREVE NA UFMG

Paralisação reavivou Movimento Docente

A Universidade Pública vive a sua maior crise, que não se restringe aos baixos salários. A escassez de recursos para custeio e investimento, resultado da política perversa do governo federal para com a educação em todos os níveis, vem criando uma situação que só se sustenta pela dedicação daqueles profissionais comprometidos com a educação pública.

Devido a isso, a Universidade Pública vem perdendo seus quadros mais qualificados. Na UFMG, uma das melhores do país, os dados são alarmantes. Levantamento da CPPD sobre os anos de 1988 a 1997 mostra que, desde 1991, saíram da UFMG 1.558 professores, dos quais 624 só nos últimos 4 anos. Em 10 anos, a UFMG perdeu 50% de seus professores. Dados do Departamento de Pessoal informam que 31% dos professores que saíram eram Doutores e 23% Mestres. Outros dados da CPPD exibem uma situação preocupante: 35% das perdas em 1997 não eram esperadas, ou seja, dos 120 professores que se afastaram nesse ano, 17% saíram por demissão voluntária e 18% por aposentadoria proporcional. Esse quadro de deterioração da UFMG é semelhante ao existente nas demais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Nessa situação, nós professores estávamos desmobilizados e sem esperanças. Assistíamos à deterioração de nossas condições de trabalho e, principalmente, de nossos salários, fechados em gabinetes, laboratórios, consultórios e salas de aula. Reclamávamos da situação, sem discutir, coletivamente, projetos e propostas para a Universidade. Nossa carreira se transformava em um emprego mal remunerado e as soluções para os problemas salariais eram buscadas individualmente.

No início deste ano, quando se realizou o XVII Congresso de nosso Sindicato Nacional, aprovou-se a imediata campanha pelo reajuste emergencial de nossos salários. A resposta do governo foi a apresentação do PID (Programa de Incentivo à Docência), anunciado, em 12 de fevereiro, como "aumento substancial" de salários. Imediatamente à revelação do conteúdo, o Congresso dos Professores o rejeitou e declarou Estado de Greve, como forma de alerta e de criar condições para a mobilização geral das Universidades Públicas Federais e demais IFES. Depois de várias assembléias e paralisações parciais, o Sindicato indicou a deflagração da greve nas IFES para o dia 31 de março. Na UFMG, a indignação e a disposição de luta levaram ao início da greve em 26 de março.



Essa greve, que durou mais de 3 meses e uniu 51 das 52 IFES, foi a maior da história do Movimento Docente, desde 1985. Suas características, inéditas no Movimento Docente, expressaram a força de nossa luta, sua amplitude nacional, a grande e imediata adesão e o vigor de suas ações. Além disso, conseguiu ganhar o apoio da mídia, de entidades da sociedade civil organizada e da sociedade em geral, como nunca vimos antes. Mais ainda, mostrou-se capaz de imprimir derrotas ao governo que, várias vezes, foi obrigado a recuar de suas ações repressivas e ameaças.

A greve expressou a unidade e a força do Movimento Docente, mas também suas debilidades e desacertos. A eleição da Diretoria de nosso Sindicato Nacional, realizada em maio, colocou em evidência posições divergentes dentro do Movimento Docente que, durante todo o processo da greve, permearam o debate sobre questões fundamentais ao encaminhamento de nossas ações. Os confrontos internos, mesmo ricos e salutares à renovação do Movimento Docente, retardaram a tomada de decisões mais efetivas, como a elaboração de uma proposta que nos preparasse para uma possível negociação com o governo. Por não termos sabido negociar, não conseguimos romper a derradeira intransigência do governo. Para não ficarmos no "tudo ou nada", restou-nos a alternativa que menos nos interessava.

Depois de muita luta, muitas emoções, muito cansaço, suspendemos a greve, avaliando, sem ufanismo e sem derrotismo, o seu significado e os seus resultados. Essa greve teve grande significado político, tanto no plano interno de seu próprio processo, quanto no plano externo de sua inserção no espaço político mais geral.

•Reavivou o Movimento Docente que estava, há alguns anos, em uma certa apatia, apesar da indignação com as péssimas condições de trabalho.

•Foi um movimento qualitativamente mais vigoroso, ganhando amplitude nacional, expressando unidade e força durante mais de 3 meses.

•A justeza da luta e sua bandeira maior de defesa da Universidade Pública uniram, num só movimento, professores, alunos e técnico-administrativos com o apoio da administração.

•Colocou-nos, coletivamente, frente a frente com os grandes problemas que afetam a Universidade hoje, apontando-nos novos desafios e fortalecendo a disposição de continuar a luta para enfrentá-los.

•Foi espaço privilegiado de intensos debates sobre nossos valores e debilidades, não só no âmbito do nosso trabalho, mas de nossa organização e de nossas relações no interior do Movimento Docente.

•Levou a Universidade Pública para fora de seus muros, provocando debates, mostrando seus problemas e suas qualidades e denunciando o descaso do governo para com ela.

• Mostrou que fomos uma das poucas categorias do Serviço Público, até agora, a se levantar e manter um movimento organizadamente contra o descaso do governo para com a área social.

O enfrentamento com o governo suscitou o debate da Universidade brasileira e despertou o sentimento de que ela não é apenas um emprego e um lugar de estudo, mas uma instituição pública que precisa ser defendida e aperfeiçoada como um patrimônio da sociedade.

A greve significou o resgate de nossa dignidade, sustentando um movimento difícil porque enfrentou um governo autoritário e truculento, que nos ameaçou a todo momento. A cada investida e ameaça, soubemos responder com força e organização.

No plano material, tivemos uma vitória parcial, cujo significado está no fato de termos sido a única categoria, em greve, a conseguir algum ganho salarial neste governo. A GED (Gratificação de Estímulo à Docência) não representa reajuste salarial, é pequena, diferenciada e discriminatória. Além disso, está vinculada a um sistema de avaliação produtivista. Não conseguimos a recomposição real de nossos salários, congelados há quase 4 anos, nem o atendimento aos outros pontos de nossa pauta de reivindicações.

A situação continua grave. A Universidade Pública brasileira continua ameaçada.

A greve foi suspensa e voltamos às nossas atividades, mas mantemos nossa disposição de luta. Acumulamos forças para enfrentar novos e grandes desafios. E continuaremos em defesa da Universidade Pública e de nossa dignidade.

AGENDA

02/09 - Debate sobre Avaliação Docente, na UFMG - Promoção APUBH.

NOTAS

1. Assinaturas para o PNE

Continua a coleta de assinaturas para o projeto do Plano Nacional de Educação, consolidado durante o II CONED. A APUBH enviará xerox do documento de coleta para os professores.

2. "Caminhos" Especial

O corpo editorial da Revista **Caminhos** informa já estar em andamento a proposta da Assembléia Geral, orientando para que o nº 16 dessa publicação fosse voltado essencialmente para a temática da greve.

Os interessados em colaborar devem encaminhar o artigo à APUBH até o dia 11/09/98, respeitando os limites de 15 laudas, de 20 linhas com espaço 2. Outras informações com Nilson ou Fernanda (441-7211).

3. A Comissão que vai estudar a avaliação docente da GED já foi nomeada e se compõe dos seguintes representantes: MEC - Abílio Afonso Baeta Neves (presidente), Luiz Roberto L. Curi e Maria Marlene Almeida; ANDIFES - Mozart Neves Ramos e José Rubens Rebelatto; ANDES - Roberto Dagnino e Rubens Pinto.

4. Todas as quintas-feiras, às 17 horas, reúne-se na Sede da APUBH, a Comissão de Mobilização, com o objetivo de debater as questões que o movimento grevista apontou para serem enfrentadas pelo Movimento Docente.

5. Foi criado o Conselho de Usuários do Hospital das Clínicas. A APUBH participa desse Conselho, através de sua diretora Deborá e de mais 7 professores.

BALANCETE DA GREVE/98

(Período de 26/03/98 à 07/07/98)

Pessoal e Encargos		
Horas Extras	R$ 2.409,67	R$ 2.409,67
Serviços de Terceiros		
Honorários Profissionais	R$ 6.650,00	R$ 6.650,00
Associações de Classe e Entidades		
ANDES-SN	R$ 10.070,50	
Outras entidades	R$ 5.063,11	R$ 15.133,61
Representação		
Passagens	R$ 30.802,47	
Diárias	R$ 31.840,00	
Hospedagens	R$ 19.567,89	R$ 82.210,36
Publicações e Divulgações		
Cópias Fotostáticas	R$ 129,89	
Serviço de Editoração	R$ 200,00	
Serviços Gráficos	R$ 2.480,00	
Faixas e Cartazes	R$ 13.407,00	
Publicações Pagas	R$ 48.281,40	
Programas e Projetos	R$ 22.728,88	R$ 87.227,17
Despesas Gerais		
Telefone	R$ 9.266,89	
Correio	R$ 4.644,74	
Transportes e Fretes.	R$ 4.543,58	
Combustíveis e Lubrificantes	R$ 27,00	
Lanches e Refeições	R$ 966,35	
Manutenção Xerox	R$ 2.323,68	
Manutenção Copiadora	R$ 628,12	
Outras Despesas	R$ 102,50	R$ 22.502,86
Material de Consumo		
Material de Expediente	R$ 4.901,77	
Mantimentos e Similares	R$ 1.767,67	R$ 6.669,44
Material Permanente		
Móveis e Equipamentos	R$ 846,00	R$ 846,00
Livros, Revistas e Jornais		
Compras	R$ 1.469,70	R$ 1.469,70
Total Geral	*R$ 225.118,81*	*R$ 225.118,81*

O detalhamento deste balancete está a disposição dos associados na sede da APUBH



Professores participam de assembléia

apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

DIRETORIA DA APUBH
GESTÃO 97/99

PRESIDENTE
Laura Stella Miccoli

1ª VICE-PRESIDENTE
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues

2º VICE-PRESIDENTE
Beatriz Alencar D'Araújo Couto

1ª SECRETÁRIA
Tânia Lúcia Hirochi

2ª SECRETÁRIA
Vera Lúcia Fernandes

1º TESOUREIRO
José Antônio Armanelli

2º TESOUREIRO
Rosângela Carrusca Alvim

1ª SUPLENTE
Débora Torres Mendes de Oliveira

2ª SUPLENTE
Túlio Jorge dos Santos

EXPEDIENTE

Informativo da APUBH
Rua Arthur Itabirano, 70
Pampulha - BH - MG
CEP: 31275-020
Tel: (031) 441.7211/Fax: (031) 441.1303
Endereços eletrônicos:
E-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
Homepage: www.apubh-ufmg.org.br

Edição, revisão, arte final: ***Singular***
Comunicação, Propaganda e Marketing Ltda
Rua Carijós, 136 - Centro - 9º andar
Fone/Fax: 212.1885

Diagramação: Addo Celso

Jornalista Responsável:
Cloves Geraldo (RMT nº 980/SP)

Impressão: Fumarc

Tiragem: 3.500 exemplares

2.9. Política de Comunicação, Arte e Cultura (C&A):

Deliberações:

⇨ Discutir, através das AD's e do GT C&A, a proposta de convênio da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRACO).

2.10. Política de Seguridade Social

A centralidade da luta neste campo deu-se no âmbito da Reforma da lência, onde o Governo usou de todas as manobras regimentais casuístas e práticas gicas para aprovar suas propostas. O embate continua. Urge mantermos a lização da categoria. No campo da saúde, faltam informações a partir das AD's as ações concretas em relação à regulamentação dos Planos de Saúde, e sobre a ão dos Hospitais Universitários (H.U.) nessa conjuntura.

Quanto à inserção dos docentes aposentados no Institucional, o tema rá ser discutido no GT de Política e Formação Sindical, e essa discussão ssada ao movimento.

Deliberações:

⇨ Aprofundar a discussão sobre a inserção do docente aposentado no institucional

⇨ Promover juntamente com outras categorias, discussões com relação a financiamento e integração dos HU no âmbito do SUS, contra sua transformação em Organizações Sociais, em defesa de seu caráter público e pela implantação, de forma democrática, de seus Conselhos de Saúde

2.11. Setor das IFES

Deliberações:

⇨ Aproveitar a conjuntura eleitoral promovendo debate sobre o projeto alternativo de Universidade e de Sociedade, buscando comprometimento com nossas propostas por parte das candidaturas progressistas, denunciando os quatro anos de desmonte acelerado pelo governo FHC

⇨ Trabalhar no interior da CUT pela definição de uma postura que contemple os princípios autônomos, classistas e combativos da Central

⇨ Dar conseqüência à greve geral das IFES, mantendo acesa a capacidade de mobilização da categoria, e buscando manter abertos os canais de comunicação com a sociedade em geral na defesa do projeto de Universidade do Movimento Docente

⇨ Lutar junto ao Governo, pela pauta de negociação do setor, com especial ênfase na mobilização contra a PEC 370-A (Projeto de Emenda Constitucional que trata da Autonomia Universitária)

⇨ Realizar um Encontro Nacional sobre o Ensino de 1º e 2º graus das IES, com o objetivo de debater a Carreira Única proposta pela ANDES-SN

3. QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

3.1. Política de Finanças da ANDES-SN:

No Congresso anterior o Movimento Docente definiu a Política inanças para a ANDES-SN. Algumas questões ficaram pendentes e liscussão deve ser aprofundada.

Deliberações:

⇨ Implementar mecanismos nas AD's que permitam a fiscalização e a transparência das suas finanças junto aos associados

⇨ Discutir nas AD's a criação do Fundo Permanente de Greve

3.2. Proposta de Previsão Orçamentária para o exercício 1998 e Prestação de Contas da Diretoria.

A Previsão Orçamentária foi construída para os seguinte programas:

- Implementação da Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira
- Expansão e Consolidação do Sindicato
- Articulação com movimentos sociais organizados
- Imprensa e divulgação
- Apoio logístico
- Contribuições para Entidades e Fóruns.(relação no relatório original)

Quanto à Prestação de Contas apresentadas pela Diretoria anterior, embora tenham sido detectados vários erros, a mesma foi aprovada. Sobre esse tema, faz-se necessário tornar pública a declaração de voto da delegação da APUBH, que se posicionou contrária à aprovação das contas apresentadas pela Diretoria, e favorável a uma auditoria, com o objetivo de resguardar a transparência do Sindicato Nacional.

Diretoria da APUBH

apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

ENCARTE ESPECIAL - BOLETIM APUBH
AGOSTO/98

apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

RELATÓRIO XXXVI CONAD DA ANDES-SN

No período de 26 a 30 de julho foi realizado em Campina Grande – PB o XXXVI Conselho Nacional das Associações de Docentes (CONAD) da ANDES-SN. Na plenária de abertura foi empossada a nova Diretoria eleita, que assumiu sua gestão em meio a uma das mais importantes greves da categoria. O CONAD foi organizado pela Diretoria anterior e conduzido pela atual. Seus objetivos foram: 1) Reavaliar o Plano de Lutas da categoria, definido no Congresso anterior; 2) Apreciar a prestação de contas da Diretoria anterior.

Os grandes temas abordados e as principais deliberações foram (o relatório completo elaborado pela Diretoria da ANDES-SN está à disposição dos professores na sede da APUBH):

1. ANÁLISE DE CONJUNTURA

Após uma cuidadosa análise da conjuntura, o CONAD apontou as eleições do final do ano como a questão mais importante que deve nortear a luta do Sindicato Nacional. Nesse sentido, dever-se-á:

⇨ Lutar firme e organizadamente contra a reeleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), buscando também alternativas populares no plano das eleições para governadores e parlamentares

⇨ Articular-se com outras categorias de trabalhadores e com o movimento social organizado, visando ações conjuntas nesse processo eleitoral

2. AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS

2.1. Plano Nacional de Educação (PNE):

Numa conjuntura adversa, em que os países da América Latina estão ucumbindo à política de desmonte do patrimônio público, a elaboração e provação, pela sociedade brasileira organizada, de um PNE tornou-se uma stratégia de luta de fundamental importância para o enfrentamento das niciativas do governo FHC no campo da Educação. A ANDES-SN assumiu PNE elaborado no II CONED como instrumento de luta pela Educação ública, Gratuita e de Qualidade constituindo-se, portanto, tarefa do Movimento Docente trabalhar pela sua implementação.

Deliberações:

- ⇨ Ampliar a luta pela implementação do PNE/II CONED e pela rejeição do PNE/MEC, mantendo articulações com os diferentes setores da sociedade civil organizada;
- ⇨ Propor ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública a realização, em novembro de 1998, da Plenária preparatória ao III CONED (Congresso Nacional de Educação), com previsão orçamentária para tal;
- ⇨ Indicar ao GTPE (Grupo de Trabalho sobre Política Educacional) da ANDES-SN e às AD's que realizem seminários preparatórios.

2.2. Eleições de Dirigentes nas Instituições de Ensino Superior (IES):

A Lei 9192/95 regulamentou o processo de escolha de dirigentes nas FES. Considerando que este processo deve encerrar-se no âmbito de cada ES e que, atualmente, algumas delas encontram-se em processo de eformulação de seu estatutos, é de fundamental importância a proposta de onstrução de Fóruns onde o Projeto Político-Acadêmico de cada IES seja iscutido, tendo como referência a Proposta da ANDES-SN para a niversidade Brasileira.

Deliberações:

- ⇨ Aprofundar o debate sobre Eleições de Dirigentes articulando-o com os temas Autonomia e Gestão Democrática, buscando assegurar a participação da comunidade universitária
- ⇨ Promover estudo jurídico com o objetivo de apontar a inconstitucionalidade da Lei 9192/95, tendo em vista a Autonomia da Universidade

2.3. Fundação Unitrabalho.

A ANDES-SN aguarda das AD's as informações necessárias para valiação das experiências de cada Universidade com relação àquela undação.

Deliberações:

- ⇨ Realizar um seminário nacional para discussão do tema, como preparação para o próximo Congresso da categoria

2.4. FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e CODEFAT (Conselho Deliberativo do FAT).

O FAT é um fundo contábil de natureza financeira instituído pela Lei º 7008, de 11 de janeiro de 1990, destinado a custear: a) o Programa de eguro-Desemprego; b) o pagamento do 14º salário para os trabalhadores de aixa renda; c) o financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT são constituídos por diversas fontes, como por exemplo, o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao PASEP.

O CODEFAT faz a gestão política do FAT (= gerência de um orçamento anual da ordem de 8,5 bilhões de reais e de um patrimônio em torno de 30 bilhões de reais). É composto por três representantes dos trabalhadores, três dos empresários e três do Governo.

Os dados e documentos dos quais a ANDES-SN dispõe demonstram, numa primeira leitura, que os aspectos formais não deram conta de responder aos objetivos inerentes ao FAT, nem tampouco ao equilíbrio necessário entre as representações políticas que estão no CODEFAT. Sem nenhum constrangimento, o Executivo tem transferido recursos do FAT para outras iniciativas, como a da privatização das Estatais. E ainda há a aliança entre empresários e governo, quebrando qualquer possibilidade de um real na gestão tripartite do órgão.

Os trabalhadores e a sociedade brasileira dispõem de pouquíssimos instrumentos para enfrentar a situação de desemprego e recessão vigentes no Brasil há décadas, e agravada no atual governo.

Cabe aos sindicatos e às Centrais Sindicais o acompanhamento constante das questões envolvendo o uso dos recursos do FAT, mesmo porque são inúmeros os fatos e dados que mostram um profundo descompasso entre as necessidades identificadas pelos trabalhadores e as ações governamentais.

Deliberações:

- ⇨ Exigir que o CODEFAT seja constituído por trabalhadores e empresários, de forma igualitária e com controle social
- ⇨ Posicionar-se contra o uso dos recursos do FAT, à revelia do CODEFAT
- ⇨ Reivindicar que os recursos destinados à Formação Profissional atendam prioritariamente aos usuários do seguro desemprego, e que esses recursos sejam utilizados para ampliar os programas de geração de emprego e de renda

2.5. Formação Profissional e Centros Públicos de Educação Profissional:

Os Centros Públicos de Educação Profissional devem:

- estar integrados ao Sistema Nacional de Educação e atuar de maneira indissociada do sistema regular de ensino, proporcionando a escolaridade básica prevista na Constituição Federal
- ser municipais ou intermunicipais, eventualmente estaduais
- ter um corpo de pessoal permanente (docente e técnico-administrativo) com ingresso por concurso público
- ser dirigidos por Colegiados compostos por membros dos segmentos envolvidos na sua constituição e por representantes da comunidade escolar
- ser submetidos a auto-avaliação e avaliação externa, com referência no projeto político-pedagógico da instituição
- ser gratuitos, sendo fundamental o compromisso do poder público para com seu financiamento
- atender prioritariamente trabalhadores que não tiveram acesso na idade esperada
- compatibilizar os estudos de seus alunos com sua jornada de trabalho
- ser assessorados pela sociedade e pela Universidade, através de projetos de extensão e de convênios

Deliberações:

- ⇨ Organizar na ANDES-SN um grupo nacional de estudos para diagnosticar a situação dos CEFET's, com o objetivo de definir políticas específicas em defesa dessas instituições no próximo Congresso da categoria.

2.6. Caracterização Jurídica das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES):

Diante da necessidade de se fazer ou ampliar no Movimento Docente a discussão sobre esse item, principalmente com relação à sua autonomia e caracterização jurídica, foi decidido:

- ⇨ Reuniões específicas promovidas pelas AD's e pelas Regionais
- ⇨ Seminário nacional para análise da expansão sindical
- ⇨ Inclusão do tema no próximo Congresso da categoria

2.7. Piso salarial para os docentes das IFES.

O tema já foi objeto de discussão em pelo menos 17 eventos nacionais da ANDES-SN, com grandes dificuldades em sua definição, tendo-se no entanto estabelecido as seguintes diretrizes:

- deve ter como referencial a proposta de Carreira e Capacitação Docente do Sindicato
- deve valer para as IES públicas e privadas
- não deve ser inferior a 1 salário mínimo do DIEESE
- deve contemplar os docentes aposentados e os de 1º e 2º graus

Deliberações:

- ⇨ Piso salarial será o menor valor a ser pago ao Professor Auxiliar A, de 20 horas
- ⇨ Deve ter como referencial o salário mínimo do DIEESE
- ⇨ Seu valor será decidido no próximo Congresso da categoria e não deverá ser inferior ao já historicamente conquistado pelos docentes

2.8. Política de Ciência e Tecnologia (C&T)

Dando continuidade às ações em curso advindas do último Congresso da categoria, o CONAD aprovou as seguintes deliberações

- ⇨ Desenvolver estudos nas AD's, sob a coordenação das Regionais e do Grupo de Trabalho C&T, para serem levados ao próximo CONAD, sobre:
  - situação de qualificação dos docentes em todo país, inclusive os dos CEFET's e das Escolas Técnicas Federais
  - funcionamento ou implantação das Fundações de Amparo à Pesquisa nas diversas regiões do país
- ⇨ Propor linhas de atuação em defesa dos direitos sobre patentes desenvolvidas por agentes públicos, e contra a participação das Universidades no desenvolvimento de tecnologias com fins armamentistas.
- ⇨ Intensificar a luta pela ampliação e democratização dos investimentos públicos em C&T nas IFES.